

COLEGIADOS TERRITORIAIS RURAIS: a emergência de se preencher os espaços deliberativos e de representação com as vozes do campo

Daniel Neto Francisco¹
Lucimar Ferraz de Andrade Macedo²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (BIG), e o processo de manutenção e busca de novas ações colegiadas promovidas no âmbito do colegiado em questão. Isto porque mesmo diante o cenário de redução dos investimentos ligados as políticas territoriais, promovidos principalmente com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2016, os agentes territoriais presentes no território da BIG vem promovendo ações no sentido de manter a capacidade dialógica do colegiado rural. E, ao mesmo tempo, promovendo ações no sentido de fortalecer as representações dos trabalhadores rurais em espaços locais como: feira, chamadas públicas (como o PPA e o PNAE) e na articulação de novas propositivas territoriais como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS). No entanto, apesar de tais ações fortalecerem a participação e a inserção dos agentes territoriais nas tomadas de decisões locais, a participação efetiva destes nas políticas públicas municipais ainda é incipiente, e, pouco institucionalizadas.

Palavras-chave: Colegiados, Territórios, Baía da Ilha Grande.

Introdução:

A política dos Territórios da Cidadania abriram espaço para a produção de políticas públicas rurais voltadas para a ótica das dinâmicas territoriais e as especificidades locais. Dentro desta perspectiva o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e a extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) propunham a implementação e a formulação de políticas voltadas para as diferentes realidades e contextos rurais do Brasil. Dentro desta perspectiva, os chamados “Territórios da Cidadania” se fortalecem como ações práticas do governo federal nas esferas locais, tendo como elemento a proposta de promover novos modelos de desenvolvimento rural pautados pela participação social dos agentes territoriais, comunidades tradicionais e institucionalidades colegiadas que congregam os entes públicos e privados.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA/UFRRJ). E-mail: dnetofrancisco@gmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCTIA/UFRRJ). E-mail: lluferraz@yahoo.com.br

Contudo, o processo de esvaziamento do MDA, atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, evidencia o processo de descontinuidade – não apenas institucional – das políticas de territórios no país. A partir desta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar o caso específico do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (BIG), e o processo de manutenção e busca de novas ações colegiadas por meio da intercessão entre a parceria do NEDET (Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Para isto, será apresentada a perspectiva da política de desenvolvimento do NEDET-BIG; o processo de interlocução entre o NEDET, a UFRRJ e a própria dinâmica de fortalecimento dos laços associativos e participativos dos municípios que compõem o Colegiado da Baía da Ilha Grande. Metodologicamente foram realizadas pesquisas de campo junto as reuniões do Colegiado da Baía da Ilha Grande realizadas entre os anos de 2016 e 2017. Para tratamento dos dados coletados junto aos membros do colegiado, utilizar-se-á da ótica da análise de conteúdo em Bardin (1977), por meio de categorias analíticas de discurso, promovidas conforme a periodicidade de determinados termos como: igualdade de participação e inclusão participativa. Além de pesquisa bibliográfica, e telematizada junto a fontes de dados como: IBGE, FIRJAN, entre outros órgãos e fontes oficiais do governo.

As políticas dos Territórios Rurais e sua operacionalização por meio da gestão social:

As políticas implementadas por meio da formação dos chamados Territórios da Cidadania ganharam espaço na agenda do governo federal, principalmente a partir de 2008 com o chamado projeto dos “Territórios da Cidadania” que tinham como objetivo implementar em áreas rurais, políticas de desenvolvimento endógeno, balizadas pelas especificidades territoriais de cada localidade.

Tal plano de ação por si tem uma nova forma de promoção de políticas públicas federais, distanciando-se da perspectiva clássica *top down*, centralizada e com pouca flexibilidade de operacionalização nas esferas locais. De acordo com a própria cartilha da política dos Territórios da Cidadania, projetada pelo governo federal:

O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (BRASIL, 2017, p. 2).

A política dos territórios segue assim dois elementos bastante relevantes em seu processo de execução: a descentralização na tomada de decisões e a implementação de vias participativas nos territórios em que se insere. Diante tais características, pode-se notar que as políticas territoriais figuram-se em torno da promoção dos meios dialógicos e de discussão das ações e políticas públicas. Consoando-se a perspectiva da gestão social.

A gestão social é conceituada por Tenório (1998) como um campo do conhecimento de fundamentação crítica, pois retoma o pensamento a si mesma. E agrega novos olhares a realidade social em que se insere. No caso específico da gestão social como modelo de ação, orienta-se uma perspectiva em torno da configuração de uma ação comunicativa. O que para Tenório (*op. cit.*) nada mais é do que: a “*ação racional voltada para o entendimento*” (TENÓRIO, 1998, p. 14).

Ou seja, as práticas de diálogo promovidas pela ótica das políticas territoriais e a promoção de espaços de debates para estes, como os colegiados, promovidos no sentido de receber os debates e discussões sobre as ações voltadas para determinado território. Desta forma, Fischer (2011) observa que:

A gestão social do desenvolvimento territorial compreende problemas oriundos de alta complexidade que demandam ações convergentes de profissionais oriundos de organizações tão distintas quanto uma prefeitura, uma empresa, uma cooperativa ou um movimento associativo, o que resulta em um grupo multicultural, multi institucional de grandes diversidades, convergente nas práticas de trabalho e na gestão de diferentes escalas territoriais (FISCHER, 2011, p. 201).

A territorialidade deve ser multicêntrica e multidimensional, sendo assim, capaz de dar voz por exemplo, aos pequenos agricultores familiares; as comunidades tradicionais pesqueira, quilombola e indígena; e aos diversos interesses que compõem também os cenários dos territórios rurais. Dentro desta perspectiva, a participação e a formulação de uma governança ativa deve balizar o processo de tomadas de decisões local. Sendo as localidades, capazes de formular políticas que favoreçam também a permanência e o desenvolvimento das comunidades

rurais, desmistificando assim, a ideia do desenvolvimento como algo unicamente ligado à urbanização, aos processos de capital e fomento industrial. Fischer (2011) observa que o desenvolvimento territorial neste espectro multidimensional é mais amplo e complexo, e, deve congrega os mais diferentes agentes deste território.

Neste sentido, Tenório e Kronemberger (2016) ressalta a importância da cidadania deliberativa como um fator promotor do interesse público, voltando-se para o bem-comum. A cidadania deliberativa deve se dar por meio da inclusão dos mais diversos segmentos territoriais no processo de planejamento, implementação e até avaliação de políticas públicas, isentando o processo de gestão dos territórios dos interesses particulares e unilaterais. Vigil e Fernandez (2012) destacam a relevância de se aprimorar os instrumentos de governança, como entes que sejam mais efetivos no sentido de promover um diálogo que permeie os agentes locais. Analisando o caso mexicano, Canto Chac (2008) retoma o paradoxo diante o processo de fomento a democracia participativa, que ganha um tom de otimismo acadêmico, e, ao mesmo tempo, nota-se uma escassa intervenção real da sociedade nos processos decisórios de políticas públicas.

Nesta seção o debate sobre a configuração das políticas promovidas sobre a ótica da dialogicidade e da participação acabam versando sobre o elemento dos territórios. Desta forma, na próxima seção o conceito sobre o elemento “território” será melhor abordado.

Óticas conceituais acerca dos territórios

Nas décadas de 1960 e 1970 alguns autores passam a discutir o elemento do território refletindo principalmente a questão de ações de desenvolvimento e os conflitos gerados por estas (SAQUET, 2010). Ao transcender a perspectiva analítica da geografia física, que busca uma análise unidimensional dos territórios como um conceito de práxis natural; Bagnasco (1978), Dematteis (1970), Raffestin (1993), dentre outros autores, abrem o campo de discussão sobre os elementos sociais que permeiam as unidades territoriais. E, ao reconhecer que existe uma série de elementos sociais que se fazem diretamente ligados à produção do espaço geográfico, amplia-se a percepção de complexidade do território como um elemento socialmente construído e mutável em si.

Harvey (2005) contribui neste pensamento ao afirmar que:

Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. As relações espaciais e as estruturas geográficas variáveis são acomodadas por ajustes ad hoc, redefinições externamente impostas de regiões e territórios dentro e entre os quais ocorre o fluxo contínuo dos processos sociais (HARVEY, 2005, p. 142).

O conceito de território é múltiplo e tem sido observado a partir de diferentes óticas e vertentes teóricas. Saquet (2010) vai além, ao destacar a característica pragmática da multidimensionalidade do território, que abarca uma série de manifestações nas realidades sociais: domínio de informações, domínio espacial, domínio econômico, domínio técnico e produtivo, entre tantos outros. Mas que também comporta uma ampla gama de possibilidades de promoção de um desenvolvimento pela via endógena, tanto pelo capital social constituído neste espaço em questão, quanto pela especificidade geográfica que cada território possui. Pode-se dizer assim, que os territórios são únicos em suas essências constituintes: aportes físico-naturais, elementos sociais, institucionalidades sócio-políticas e dinâmicas técnico-produtivas.

A partir de uma contribuição sob o prisma analítico da geografia política Raffestin (1993) ressaltou a importância dos elementos políticos na configuração dos territórios como espaços de poder. Poder este que segundo Saquet (2010) é produto das relações sociais, sendo variável a cada momento. Cabe ainda destacar que o poder apresentado nos territórios não é um objeto, ou uma instituição dotada de vida em si mesma.

De tal forma, um mesmo território pode apresentar uma gama complexa de relações de poder entre os indivíduos que o compõe. Por isto, deve-se notar a relevância das interfaces institucionais presentes sobre cada campo em observação, uma vez que os territórios podem apresentar diferentes “campos de poder”. O conceito de campos de poder de Foucault (1978), relacionando o conceito de poder às relações estabelecidas entre os agentes. Dentro desta concepção, Saquet (2010) resume que:

O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas... enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas, ou seja, o que Claude Raffestin denomina de trunfos de poder (SAQUET, 2010, p. 33).

Pode-se sintetizar que o poder exercido sobre dado território tem duas características intrínsecas. A primeira refere-se ao intuito de controlar dada relação, tendo os “trunfos de poder” importante papel no processo de dominação das relações socioterritoriais ali

constituídas. E que podem se manifestar por meio das leis institucionalizadas, por meio dos meios e modos produtivos, e pela própria definição e ocupação deste espaço. O segundo elemento que igualmente compõe o território é a territorialidade que se deriva deste.

Para Lima (2016) a territorialidade pode ser definida como: “*a expressão do poder da sociedade na conformação do espaço geográfico (territorial)*” (LIMA, 2016, p. 28). E seguindo este prisma teórico pode-se ir um pouco mais além do simples território como unidade geográfica. E transbordar assim para um modelo de reflexão onde o poder se manifesta por meio da ação dos agentes territoriais e se constituem na definição de uma territorialidade que é viva e construída. Assim, Raffestin (*op. cit.*) auxilia na observação do conceito de territorialidade:

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

A territorialidade expressa o poder de ação dos agentes sobre o espaço que estes configuram. As relações entre os diferentes atores, sejam estes, entes do poder público, privado ou sociedade civil, e que proporcionam relações de produção e (re)produção social.

Cabe destacar a diferença conceitual entre os conceitos de governo e governança. Kooiman (1993) observa que a governança é a resultante dos processos de intervenção e interação social, política e institucional. Sendo o Estado e os demais agentes públicos (autarquias, fundações, e demais órgãos públicos) um componente deste somatório de agentes. Com vias a este debate, abre-se uma profunda discussão sobre o papel do ente estatal, em seus diversos níveis, como elemento motor da territorialidade.

Para um determinado segmento de autores o papel do poder público como promotor da governança é fundamental. E ao analisar o processo de configuração das políticas de estratégias de desenvolvimento regional no âmbito da União Europeia (UE), Ferro (2004) nota que a interação dos Estados-membros no processo foi um ponto essencial. Principalmente para que a UE chegasse a estabelecer o Europa 2000, documento que lança as bases de uma política regional supranacional.

Sobre outro olhar, Tandler (1998), ao analisar políticas públicas locais de diversos segmentos como extensão rural e saúde pública, acaba ressaltando a função do poder público como agente capaz de promover uma intervenção em dados territórios.

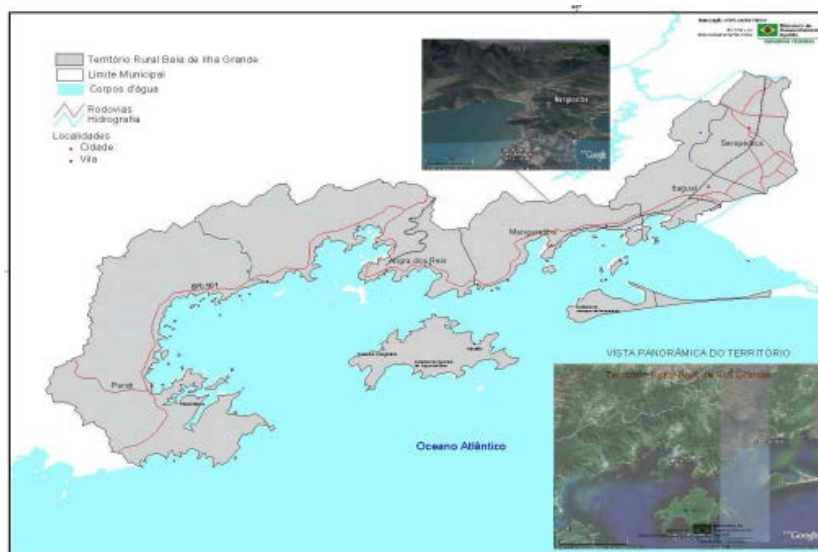
O Território da Baía da Ilha Grande e o colegiado territorial da BIG

O Território da Baía da Ilha Grande é composto por seis municípios: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty, Seropédica e Rio Claro. Juntos, os seis municípios somam uma população estimada em 496.408 habitantes (IBGE, 2016). Villela, et. al. (2014) notam que a bananicultura é predominantemente forte no município de Itaguaí, contudo, outras culturas locais são bastante expressivas como a do coco e da laranja. Além de outras culturas que apresentam lavouras temporárias como: mandioca, feijão, cana-de-açúcar, milho e soja em grãos (IBGE, 2016).

A região da Baía da Ilha da Grande apresenta uma diversidade de biomas: manguezais, restingas e porções da Mata Atlântica são os principais deles. Também nota-se a presença de Áreas de Preservação Ambiental (APAs) e territórios tradicionais, como quilombos e reservas indígenas.

Na figura abaixo temos o mapa do território da BIG em sua composição inicial:

Imagem 01. Território da Baía da Ilha Grande



Fonte: UNACOOP (2016).

No ano de 2016 o município de Rio Claro passa a integrar a composição do Colegiado Territorial da BIG, com uma representação por meio da Secretaria de Meio Ambiente. E expandiu assim o perímetro do território da BIG, promovendo o reconhecimento de uma integração entre os produtores locais de Rio Claro e Mangaratiba já efetivo. Atualmente o município de Paracambi vem buscando se inserir junto ao colegiado, haja vista que a localidade também possui grande conexão com os produtores do território, inclusive com a participação da associação UNACOOP, que também faz parte do colegiado.

O Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande foi constituído por meio da política de fomento aos territórios rurais promovida pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na época foram instituídos outros dois territórios rurais no estado do Rio de Janeiro: Território Rural do Noroeste Fluminense e Território Rural do Norte Fluminense.

No caso específico do território da BIG a chamada pública do CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 – para a implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Por meio desta chamada o Laboratório de Pesquisa de Desenvolvimento Territorial (LPDT)³ se inseriu no projeto fomentando um assessoramento ao Colegiado da BIG, já existente.

³ O LPDT é um grupo de pesquisas liderado pelo professor Lamounier Erthal Villela no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com integrantes dos programas de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA) e de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT).

Sobre as pautas levantadas pelo colegiado da BIG torna-se relevante destacar principalmente questões referentes: a) as feiras de produtos orgânicos e a inserção dos agricultores locais nestes espaços; b) inserção dos agricultores locais em políticas locais como o PAA e o PNAE; e, c) a produção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (PTDRSS).

A respeito do primeiro ponto: as feiras de produtos orgânicos e a inserção dos agricultores locais nestes espaços, as deliberações do colegiado da BIG vem articulando desde 2015 a inserção de produtores locais, como da localidade de Mazombinha no Projeto da Feira de Alimentos Orgânicos que vem sendo promovida por grupos da própria UFRRJ. Apesar de pequena a iniciativa já é uma ação prática de inserção dos agricultores do entorno da universidade nos canais de comercialização especializados de alimentos orgânicos. Iniciativa que promove não apenas um estímulo aos produtores orgânicos e as práticas agroecológicas existentes no território, como também incita a transição agroecológica e a inclusão de novas unidades locais nestas formas de manejo e produção mais sustentáveis.

Dentre as falas dos agricultores locais, pode-se destacar:

A feira tem auxiliado na promoção dos produtos locais e tem ajudado nossa comercialização porque é um evento que já está no nosso calendário de todas as semanas. (Fala 01).

As iniciativas de incluir nossa produção ali e juntar nossas ações em uma feira aqui mesmo, dentro da Universidade é bom porque nos fortalece. Agora conhecemos o que é produzido pelos outros produtores, trocamos experiências e produtos e temos a feira como um canal importante de divulgar nosso trabalho. (Fala 02).

Temos a dificuldade de vir para a feira, mas ela tem nos ajudado bastante. É um meio de estar sempre perto dos nossos clientes e tendo uma regularidade que a gente precisa pra manter a produção. Apesar de ainda estarmos inseridos em outras ações a feira é um projeto muito bom, e que já muito importante pra nós. (Fala 03).

Vale destacar que a promoção da feira ainda é uma iniciativa recente, mas que tem promovido sinergias locais, via de comercialização e manutenção da produção local, além do contato direto entre os produtores em questão com os clientes.

No que tange a inserção dos agricultores locais em políticas locais como o PAA e o PNAE, nos casos específicos dos municípios de Itaguaí e Seropédica.

O PAA surge como uma oportunidade para a manutenção da nossa atividade, mas ainda não contamos só com isso para a nossa sobrevivência, por isso realizamos feiras, vendemos nossos produtos para conhecidos (...) (Fala 01).

A iniciativa do PPA e de parceria com a própria rural é um caminho que se ainda estamos construindo e esperamos que isso só cresça, porque é bom pra nós e pra universidade (Fala 02).

Apesar das fragilidades na produção efetiva das políticas de inserção dos agricultores locais, percebe-se a instância do colegiado como um importante espaço para discussão deste cenário. O que promove a articulação dos agentes locais em torno de suas demandas e deficiências, como no caso do acesso a tais editais e chamadas públicas.

Recentemente a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sediou no campus de Seropédica o lançamento do Plano Safra para o triênio de 2017-2020. A reunião também celebrou a entrega de 100 permissões de uso do “Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar” (SIPAF). O SIPAF é um instrumento que permite distinguir os produtos oriundos da agricultura familiar, e pode ser um meio de viabilizar uma maior capacidade de comercialização e de inclusão econômica e social dos pequenos produtores familiares. Tem a premissa de agregar valor a este produto, que uma vez certificado, tem validade de cinco anos, podendo ser renovado.

O primeiro Plano Safra nasce em 2003 com o objetivo de promover uma dotação orçamentária no vulto de 5,4 bilhões de reais para o (PRONAF). E sua relevância está na provisão de um orçamento especial para as ações voltadas ao PRONAF. De acordo com a Secretaria de Governo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar:

(...) desenvolve-se em pequenas propriedades, com a utilização direta da mão de obra familiar. Voltado para a melhoria da produção de alimentos, a garantia de abastecimento e estabilidade dos preços aos consumidores e a geração de renda aos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros entre os financiamentos rurais e uma das menores taxas de inadimplência entre os tomadores de crédito do país (BRASIL, 2017).

Como mostra a figura abaixo, o lançamento do Plano Safra 2017-2020 promove não apenas a institucionalização de diversos agricultores por meio do selo da agricultura familiar, mas também promove a interação destes com outros agentes que promovem as políticas no âmbito do governo, e, com a própria universidade:

Imagem 02. Lançamento do Plano Safra na UFRRJ:



Fonte: LPDT (2017).

A possibilidade de promover o Plano Safra no âmbito do território da Baía da Ilha Grande possui um valor bem maior que o da simples simbologia de receber os agricultores locais no espaço da universidade. Mas, para além disto, faz com que haja maior capacidade de interação entre os agentes que o compõe. Além de representações do poder público dos municípios envolvidos, a universidade e os agricultores locais, também estavam inseridos representantes do ITERJ⁴, da EMBRAPA⁵, do NEDET-BIG⁶ e do INCRA⁷.

Promover canais de interação entre os mais diversos agentes locais torna-se fundamental para que haja uma maior capacidade de governança territorial. Engendrada pela articulação do que Granovetter (1973) denomina como laços fracos. Laços que não são conceituados como fracos no sentido negativo do termo, como laços pouco produtivos. Mas, ao contrário, são na perspectiva de Granovetter (op. cit.) laços capazes de promover um desenvolvimento a partir do surgimento de novas ideias, reflexões, formas de saber e de fazer.

As ações de incentivo a agricultura familiar podem promover uma expansão desta rede sócio técnica, promovendo assim, iniciativas endógenas em prol dos interesses dos agricultores locais. E consolidar ações como o PAA junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

⁴ Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ).

⁶ Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial da Baía da Ilha Grande (NEDET-BIG).

⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

por exemplo. Uma oportunidade para canalizar a produção destas comunidades tradicionais locais, e, ao mesmo tempo, incentivar sua permanência nas atividades produtivas rurais.

O PAA no âmbito da UFRRJ é uma iniciativa ainda em construção que vem sendo fomentada junto a instancias da universidade como a Pró Reitoria de Extensão e grupos de formação agroecológica como o Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA). O colegiado territorial tem abraçado estas iniciativas sendo o espaço de discussão e fomento ao diálogo dos agentes que compõe o território.

Considerações Finais

Em grande parte ainda faltam as condições básicas para o pleno exercício da cidadania participativa. Seja pela desarticulação dos próprios agentes locais, seja pelas barreiras institucionais locais de desinteresse dos governantes e de outros agentes que compõem o território. E no caso do Colegiado da Baía da Ilha Grande, pode-se notar que o processo de fomento de uma instancia de governança territorial é um avanço no sentido de institucionalizar um espaço de participação ativa destas comunidades tradicionais do território diante a agenda pública local.

A inclusão dos trabalhadores rurais em suas múltiplas faces e sistemas organizativos (associações, coletivos, movimentos sociais rurais, entre tantos outros) fomenta o acesso destes agentes locais a tomar parte nos processos decisórios de formulação e implementação de políticas públicas. Processo que não apenas corrobora para a promoção de uma democracia participativa mais efetiva, mas que também vai de encontro a outros dois processos importantes. O primeiro deles é o aumento da legitimidade das políticas setoriais promovidas na escala local, que devem não apenas dar voz a estes agentes; mas também, promover um sistema participativo que gere transformações efetivas de escopo, de objetivo, de métricas avaliativas ou de execução nos projetos públicos debatidos. O segundo processo que tal participação deve promover é o próprio fortalecimento da cultura do controle social e da *accountability*, promovidos pela perspectiva de institucionalizar canais e instrumentos que estimulem a responsabilização na condução de políticas públicas.

Contudo, apesar da perspectiva de incremento das possibilidades e vias de acesso dos agricultores locais do território da BIG em políticas voltadas para a pequena produção rural e

assistência técnica, o que se nota é que tais iniciativas ainda possuem um cunho incipiente no que diz respeito a capacidade de inclui-los como agentes participantes de forma ativa na esfera da construção de políticas territoriais locais.

A promoção do Plano Safra e a inclusão de famílias da localidade no programa de selos da agricultura familiar são iniciativas relevantes no contexto de fortalecimento do campo e da produção de meios para a permanência das atividades dos agricultores rurais. Contudo, o que se nota a partir deste trabalho é a necessidade de fortalecimento das vias de inclusão dos agricultores familiares e demais componentes do território da BIG nas esferas de produção das políticas territoriais. O que tem um potencial de incluir, e, ao mesmo tempo, fortalecer suas ações e conexões como agentes que se situam em um mesmo território, compartilham das mesmas problemáticas e podem criar alternativas de forma coletiva. O Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande se mostra assim como uma ferramenta em potencial, no sentido de promover canais de integração e participação dos agentes locais nos espaços decisórios de planejamento, implementação e avaliação de políticas territoriais como o Plano Safra, PAA, PNAE, entre outras. Além, de ser um espaço onde podem ser projetadas novas iniciativas, visando o atendimento as demandas colocadas pelo território em questão.

Referências Bibliográficas

BAGNASCO, A. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. In: MESSORI, M.; TRIGILLA, C.; BAGNASCO, A. Le problematiche dello sviluppo italiano. Milano: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.

BRASIL. SECRETARIA DE GOVERNO. Plano Safra da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/plano-safra-da-agricultura-familiar> Acessado em: 24 de agosto de 2017.

_____. Territórios da Cidadania. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf> Acessado em: 27 de agosto de 2017.

CANTO CHAC, M. Gobernanza y participación ciudadana en las políticas públicas frente al reto del desarrollo. Política y cultura, n. 30, p. 9-37, 2008.

DEMATTEIS, G. Rivoluzione quantitativa e nuova geografia. Laboratorio di Geografia Economica. n. 5, Università degli Studi di Torino. Torino, 1970.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento territorial como campo de educação profissional. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. de F. (Orgs.). Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: UDESC, 2011.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, v. 78 (6), 1973.

HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Regiões Geográficas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/33_regioes_geograficas_rio_de_janeiro.pdf Acessado em: 08 de setembro de 2017.

KOOIMAN, J. (Ed.) *Modern Governance: Government-Society Interactions*. London: Sage, 1993.

LIMA, V. C. S. *Desenvolvimento Territorial Endógeno em Ambientes de Montanhas: estudos de casos em Nova Friburgo (RJ) e no Alto Camaquã (RS)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ). Seropédica, 2016.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 2 Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

TENDLER, Judith. *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Revan, 1998.

TENÓRIO, F. G. Social management: a conceptual perspective. *Revista de administração pública*, v. 32, n. 5, p. 7, 1998.

TENÓRIO, F. G.; KRONENBERGER, T. S. (Orgs.) *Gestão Social e Conselhos Gestores*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

UNACOOOP. UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS USUÁRIAS DO PAVILHÃO 30. *Diagnóstico Territorial: Território da Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://unacoop.org.br/unac/wp-content/uploads/2014/02/diagterritorial.pdf> Acessado em: 15 de outubro de 2016.

VIGIL, J. I.; FERNÁNDEZ, V. R. *Gobernanza y regiones en perspectiva crítica: un abordaje para la construcción de políticas públicas*. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n. 53, 2012.

VILLELA, L. E.; DA COSTA, E. G; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí (RJ) face a megaprojetos em implementação no local. Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 16, n. 2. 2014.